

Crise capitalista e reconfiguração das políticas sociais

É inegável que, atualmente, as políticas sociais contam com uma notoriedade e importância crescente para o conjunto da sociedade. No entanto, os motivos para tal consideração nem sempre estão claros. Para alguns, atingiu-se enfim um desenvolvimento quantitativo e qualitativo de práticas compatíveis com as necessidades de enfrentamento da pobreza e superação das desigualdades inerentes ao processo de acumulação capitalista. Tratar-se-ia de um resgate necessário em benefício de amplos segmentos da sociedade, em especial nos países da periferia. Para outros, o desenvolvimento observado no âmbito da formulação, implantação e acompanhamento das políticas sociais seguiria as novas exigências impostas pela reconfiguração do processo de produção e do mercado mundial. A redefinição do papel do Estado, as novas organizações sociais, de direito público e privado, e o redimensionamento das relações e estruturas políticas de poder explicariam também a reformulação, a atualização e a multiplicação das formas de intervenção social.

Todavia, dado que tais interpretações decorrem das alterações concretas nas formas assumidas pelo capitalismo contemporâneo, não se pode esquecer de que a questão social e suas mais variadas expressões são resultantes da exploração do capital sobre o trabalho em sua forma mais aguda e complexa, marcada na contemporaneidade pela reestruturação produtiva e pela financeirização do

capital. Cabe, portanto, especificar e aprofundar as explicações de como e em que medida o processo de produção e reprodução capitalista atual e, por conseguinte, o aumento da pauperização, inerente a esse processo, impõem novas dificuldades para a elaboração das políticas sociais. O resgate dos velhos ditames liberais sob novas e diferentes roupagens não é suficiente para dar conta da complexidade dos efeitos deletérios do capitalismo sobre os mais diversos segmentos sociais. É crucial elucidar como as políticas sociais têm sido usadas para enfrentamento das contradições do sistema: do modelo de sociabilidade em vigor às insuficiências, limites e possibilidades das medidas que se apresentam como soluções para as mais recentes crises da sociedade capitalista: financeira, produtiva, social e ambiental.

Trata-se, pois, de questões que remetem a diferentes esferas (econômica, social e política) e a diferentes práticas para aqueles que atuam no campo social, segundo o setor ou segmento envolvido.

Essa diversidade encontra-se nas análises, propostas e soluções apresentadas nos artigos do atual número da revista *Argumentum*, demonstrando suficientemente o grau de complexidade inerente à formulação, implantação e acompanhamento das políticas sociais contemporâneas. A análise dos artigos evidencia a complexidade das mudanças sofridas

por essas políticas e pelas instituições nelas envolvidas, bem como o grau de dificuldade dos atores sociais envolvidos para compreender, conduzir e aprofundar o caráter dessas intervenções na atual fase do capitalismo. Assim, o avanço da perspectiva política individualista ou corporativista nas experiências em curso não pode ser considerado desenvolvimento natural, isento de pressupostos ideológicos e de caráter imparcial em relação aos atores envolvidos e aos desdobramentos para o segmento social em questão. As análises apresentadas a seguir têm em comum o destaque dado ao aspecto político, aos desafios e às dificuldades postas, nas distintas dimensões da vida social e das políticas sociais, à resistência e ao enfrentamento dos avanços neoliberais.

Na sessão debates, fica clara a contraposição real entre as soluções apresentadas para reconfiguração das políticas sociais nos países escandinavos e a realidade encontrada na periferia do capitalismo, cujos parâmetros de proteção e bem-estar social têm de fazer face a uma realidade completamente distinta, especialmente ao ser comparada com o alto nível de desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social nos países escandinavos.

No primeiro artigo, “Sociedade civil e lutas sociais: tolerância-intransigência ou intolerância-intransigência”, as autoras mostram a experiência da “Conlutas” em sua atuação política mais recente, que redireciona a atuação dos trabalhadores dos mais diferentes setores em prol de uma posição de denúncia e protesto contra o neoliberalismo. Essa articulação

das lutas sociais constitui-se como alternativa política de enfrentamento político e social, demonstrando a necessidade de reforço da identidade de classe para fortalecer a sociedade civil. O segundo artigo, de Pereira, M. F., versa sobre os métodos de avaliação dos programas governamentais estadunidense. O autor demonstra, a partir de uma abordagem teórica, a necessidade, mas também as dificuldades de tais práticas. Estas decorrem, dentre outras razões, do fato de que as avaliações se desenvolvem necessariamente em um contexto político, no qual os formuladores, os parceiros e os tomadores de decisão atuam com diferentes perspectivas e em distintos momentos dos programas em questão.

O artigo de Marcondes, “A divisão sexual dos cuidados: do *welfare state* ao neoliberalismo”, denuncia as dificuldades impostas pelo avanço do neoliberalismo na divisão social e, particularmente, sexual dos cuidados com crianças e idosos nas famílias. Conclui demonstrando como a divisão social do trabalho, que sempre penalizou a mulher, agrava-se ainda mais no contexto neoliberal. Isso porque a exigência e o aprofundamento da igualdade de oportunidades no mercado de trabalho vêm acompanhados, nesse contexto, de menor provisão estatal ou assistência pública às famílias.

O artigo de F. A. Campos e E. J. M. Costa, “A questão nacional diante da internacionalização do espaço local”, deixa claras as restrições impostas aos países periféricos (Brasil, nesse caso) à

inserção no contexto neoliberal internacional. O papel desempenhado pelo Estado, através de sua função reguladora segundo práticas liberalizantes, em acordo com os interesses do capital em geral (leia-se internacional) levados a cabo pelas respectivas elites locais, acaba por legitimar uma trajetória alheia às necessidades reais da região em questão. Um verdadeiro processo de desenvolvimento teria, então, de ser articulado em torno de um projeto social nacional como única forma de construção de um projeto que contemplasse as necessidades concretas da população envolvida.

Em linha semelhante, temos o artigo “Remoção da população de assentamentos precários e áreas de risco”, em que o autor L. Diaz demonstra a forma como o reassentamento das populações em áreas de risco obedece à lógica de valorização do capital. Geralmente, tais reassentamentos foram realizados com o objetivo de valorização do entorno, sem prover a população com a infraestrutura necessária para morar dignamente, limitando-se a viabilizar soluções habitacionais segregadoras e de baixo custo, mas que podem parecer, dada a situação anterior de risco em que essa população vivia, fruto de uma genuína preocupação com o seu bem-estar.

O artigo seguinte, “Conselhos e conferências: entre a participação e a representação”, demonstra como a composição e o funcionamento das instâncias destinadas ao debate e à formulação de políticas públicas e sociais

privilegiam os processos de representação em detrimento da participação. Desse modo, a diversidade de interesses e demandas, característica da heterogeneidade inerente aos grupos sociais envolvidos com os temas e políticas que são objetos de discussão nesses espaços, não é suficientemente representada, bem como não há mecanismos que possibilitem a expressão desses interesses e demandas.

“A produção de famílias negligentes: analisando processos de destituição do poder familiar” mostra como são deixados de lado, nesses processos, aspectos necessários à compreensão da complexidade e do conjunto de relações sociais em que se insere o público-alvo. As condições de pobreza, de caráter estrutural, e causa da negligência que justifica a destituição do poder familiar, não são levadas em conta na análise das situações, como evidenciam os autores do artigo.

O foco nas famílias no processo de reconfiguração das políticas sociais, tomadas agora como atores fundamentais na promoção do bem-estar dos cidadãos, também é a tônica no artigo sobre a política dos serviços de descanso ao cuidador, de autoria de Brandão e outros.

Esses problemas têm uma dimensão ainda mais complexa, como bem demonstrado no artigo “O trabalho do assistente social no SUAS e na formação profissional”. A partir de dados coletados por meio de questionários aplicados a assistentes sociais trabalhadoras do SUAS nos municípios

do Rio Grande do Sul, a pesquisa realizada deixa claro que a atuação do assistente social nos diferentes programas e frentes de trabalho do SUAS acaba por impor e/ou colocar o profissional frente às contradições inerentes às condições em que a atuação é formulada e também intrínsecas ao próprio processo de formulação dessa política social. A diversificação das situações nas quais os profissionais se inserem e dos recursos operacionais para sua ação estimula ações individuais em detrimento do enfrentamento coletivo (como categoria e como classe) da questão social propriamente dita.

Finalmente, na seção Ensaio, temos o artigo de José Paulo Neto. Nele, com rigor teórico e uma visão mais ampla dos efeitos e limites do processo de produção, reprodução e acumulação capitalista, o autor demonstra exatamente o locus onde podemos encontrar a explicação para a multiplicidade de problemas e contradições que aqueles que têm compromisso com o desenvolvimento social enfrentam em seu dia a dia. Não se trata apenas dos efeitos perversos da exploração capitalista, mas acrescenta-se a esses efeitos, particularmente importantes para os países periféricos, o esgotamento

das possibilidades civilizatórias do capital. É esse esgotamento, segundo o autor, o motivo para tamanha perplexidade ou desesperança em soluções rápidas e duradouras para a questão social nos marcos do capitalismo. A crise iniciada em 2008 repercutiu imensamente no padrão civilizatório vigente até então. A conjunção globalização/ neoliberalismo/ financeirização erodiu, depois de certo tempo, as próprias bases em que se mantinham. A exploração do trabalho pelo capital e o mais recente regime de acumulação construído (a acumulação flexível) não são mais capazes de gerir a crescente estratificação da sociedade e, tampouco, de atender às necessidades mínimas da massa crescente de desempregados, subempregados e trabalhadores informais.

Podemos afirmar que o presente número da revista *Argumentum* apresenta um interessante panorama do processo de reconfiguração das políticas sociais, da complexidade e dos desafios postos aos atores e instituições nele envolvidos.

Luis Jorge Pessoa de Mendonça
Ana Targina Rodrigues Ferraz